



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

#### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2025 (Dos Sr. Fred Costa)

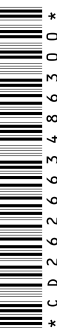
Requer a realização de audiência pública para o debate: “Da porta em porta à garantia de direitos: o papel dos agentes de saúde na promoção da dignidade humana e da saúde pública”.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 24, III c/c art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de promover o debate: “Da porta em porta à garantia de direitos: o papel dos agentes de saúde na promoção da dignidade humana e da saúde pública”.

#### Sugestão de convidados:

1. **Ilda Angélica Correia** – Agente Comunitário de Saúde/CE
2. **Felipe Proenço de Oliveira** – Secretário de Atenção Primária à Saúde (SAPS) no Ministério da Saúde
3. **Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas** – Secretária de Atenção Primária à Saúde da SAPS/MS
4. **Mariângela Batista Galvão Simão** – Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente(SVSA) do Ministério da Saúde.
5. **Hisham Mohamad Hamida** - Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)
6. **Tânia Mara Coelho** - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### JUSTIFICAÇÃO

A realização de audiência pública sobre o tema “Da porta em porta à garantia de direitos: o papel dos agentes de saúde na promoção da dignidade humana e da saúde pública” mostra-se oportuna e necessária diante da relevância estratégica desempenhada pelos agentes comunitários de saúde e pelos agentes de combate às endemias no fortalecimento das políticas públicas de atenção básica. Esses profissionais constituem elo essencial entre o Estado e a população, especialmente nos territórios mais vulneráveis, atuando diretamente na identificação de demandas sociais e sanitárias, na orientação das famílias e na promoção do acesso aos serviços públicos de saúde.

A atuação desses agentes ultrapassa a dimensão estritamente operacional do sistema de saúde, alcançando o campo da proteção de direitos fundamentais, da prevenção de agravos e da promoção da dignidade humana. Ao realizarem visitas domiciliares, acompanharem gestantes, crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, bem como ao monitorarem situações de risco sanitário e social, esses profissionais contribuem para a efetivação do direito à saúde previsto na Constituição Federal, além de favorecerem respostas mais rápidas, humanizadas e territorialmente adequadas às necessidades da população.

A audiência pública permitirá ampliar o debate sobre os desafios enfrentados por esses trabalhadores no exercício de suas funções, tais como condições de trabalho, valorização profissional, formação continuada, segurança no desempenho das atividades e adequada integração às equipes multiprofissionais da atenção primária. Também será espaço importante para discutir o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à categoria, reconhecendo que o fortalecimento desses agentes representa investimento direto na prevenção de doenças, na redução de desigualdades e na melhoria dos indicadores de saúde pública.

Além disso, o debate legislativo se justifica pela necessidade de ouvir especialistas, representantes da categoria, gestores públicos e membros da sociedade civil sobre experiências exitosas, entraves institucionais e perspectivas de aprimoramento normativo. A escuta plural e qualificada dos diversos atores envolvidos poderá subsidiar



